

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (FN) LUIZ CARLOS REIS DE LIMA

PROJEÇÃO ANFÍBIA:

a contribuição para a aplicação do Poder Inteligente dos Estados.

Rio de Janeiro

2018

CC (FN) LUIZ CARLOS REIS DE LIMA

PROJEÇÃO ANFÍBIA:

a contribuição para a aplicação do Poder Inteligente dos Estados.

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF (FN) Robson Turkiello M. da Silva

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval

2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me conduzir em segurança por todos os caminhos que me permitiu andar, e pelas oportunidades na vida que tem me concedido. Por iluminar meus passos, renovar as minhas forças e por colocar pessoas a meu lado que me ensinam e me ajudam a superar os desafios que se apresentam em minha jornada.

Agradeço à minha esposa Renata por me honrar, me dar apoio e alento. Te agradeço pela compreensão e por suportar, sem murmurar, os momentos em que precisei me isolar para me dedicar a assuntos profissionais e, em particular, a este trabalho.

Agradeço ao Capitão de Mar e Guerra (RM1) Leonardo Faria de Mattos que, sem a existência de um vínculo formal para a realização deste trabalho, dispendeu considerável parcela de seu tempo em me ajudar no esforço de pesquisa e me fornecendo referências bibliográfica que enriqueceram de maneira ímpar essa dissertação.

Por fim, agradeço a meu orientador, o Capitão de Fragata (FN) Robson Turkiello M. da Silva, por todo o apoio durante a confecção desta pesquisa. Por se disponibilizar sem restrições de tempo para dirimir minhas dúvidas, e pela constante e firme orientação do rumo a ser seguido. Pelos conselhos e preocupação com o meu êxito neste desafio, e por me dar a liberdade para que, no meu ritmo, eu pudesse chegar a um produto final com a qualidade esperada de um assessor de alto nível.

RESUMO

O propósito da pesquisa é identificar se uma projeção anfíbia é capaz de contribuir com a aplicação do *Smart Power*, ou Poder Inteligente, segundo a teoria elaborada por Joseph Samuel Nye Junior. A relevância do tema reside em contribuir para a identificação da aplicação de atividades militares em situações não relacionadas com o combate, e como essas atividades podem trazer frutos a um Estado. Para alcançar esse objetivo, confrontaram-se os aspectos teóricos com uma realidade particular, analisando-se uma Projeção Anfíbia denominada Operação *Unified Response*, que foi realizada no Haiti, em 2010, pelos Estados Unidos da América. Esta Operação teve a finalidade de prestar assistência humanitária em decorrência de um terremoto que ceifou milhares de vidas. A teoria de Poder Inteligente consiste na utilização otimizada dos Poderes Duro e Brando, segundo uma metodologia específica, combinando elementos coercitivos e persuasivos em uma estratégia específica. A projeção Anfíbia, única modalidade de Operação Anfíbia com possibilidade de aplicação em situações não afetas ao combate, utiliza elementos dos Poder Naval, e usufrui de suas características, podendo levar a atuação de um Estado a várias partes do planeta. Após a confrontação da teoria com os resultados obtidos pela Projeção Anfíbia em lide, concluiu-se que foram capazes de colaborar com a aplicação do Poder Inteligente estadunidense, logo, tal modalidade de Operação Anfíbia possui potencial para contribuir com a aplicação desse Poder.

Palavras-chave: *Smart Power*, Poder Inteligente, Projeção Anfíbia, Haiti, Terremoto, *Unified Response*.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	6
2	O PODER INTELIGENTE E SEU EMPREGO.....	9
2.1	O PODER E O EQUILÍBRIO DE PODER.....	9
2.2	O PODER DURO.....	11
2.3	O PODER BRANDO.....	12
2.4	O PODER INTELIGENTE.....	13
2.5	OS CINCO PASSOS PARA O EMPREGO DO PODER INTELIGENTE.....	14
2.5.1	O primeiro passo.....	15
2.5.2	O segundo passo.....	16
2.5.3	O terceiro passo.....	17
2.5.4	O quarto passo.....	18
2.5.5	O quinto passo.....	19
2.6	O PODER INTELIGENTE E AS OPERAÇÕES MILITARES.....	20
3	AS OPERAÇÕES ANFÍBIAS.....	22
3.1	AS MODALIDADES DE OPERAÇÕES ANFÍBIAS.....	23
3.1.1	Assalto Anfíbio.....	23
3.1.2	Incursão Anfíbia.....	24

3.1.3	Demonstração Anfíbia.....	25
3.1.4	Retirada Anfíbia.....	25
3.1.5	Projeção Anfíbia.....	26
3.2	O PLANEJAMENTO E A EXECUÇÃO DAS OPERAÇÕES ANFÍBIAS.....	26
3.3	O PODER INTELIGENTE E AS PROJEÇÕES ANFÍBIAS.....	28
4	A OPERAÇÃO <i>UNIFIED RESPONSE</i> E SEUS RESULTADOS.....	30
4.1	A CRISE NO HAITI E O TERREMOTO OCORRIDO EM 2010.....	30
4.2	A PREPARAÇÃO PARA A OPERAÇÃO <i>UNIFIED RESPONSE</i>	31
4.3	A EXECUÇÃO DA OPERAÇÃO <i>UNIFIED RESPONSE</i>	33
4.4	OS RESULTADOS OBTIDOS PELA OPERAÇÃO <i>UNIFIED RESPONSE</i>	35
4.4.1	Os benefícios proporcionados ao Poder Inteligente dos Estados Unidos da América em prol de seu aprimoramento.....	36
4.4.2	Os benefícios proporcionados aos Estados Unidos da América no Sistema Internacional.....	37
5	CONCLUSÃO.....	40
	REFERÊNCIAS.....	44

1 INTRODUÇÃO

Assim como as pessoas possuem interesses e objetivos, os Estados também os possuem, e como estes se relacionam em um sistema internacional em que não há uma entidade superior que regule suas ações, as relações interestatais acontecem por intermédio de um fator comum, o Poder.

O Poder de um Estado pode ser utilizado de maneira coercitiva ou persuasiva, e aquele que o detém em maior quantidade poderá, em princípio, exercer maior influência e atingir com mais facilidade os seus objetivos; todavia, também poderá estimular os outros Estados a realizarem alianças de forma a contê-lo.

No contexto das Relações Internacionais, as interações entre os Estados são dinâmicas e não seguem regras rígidas. De igual maneira, se observa na quantificação do Poder de um Estado, em que nem sempre o maior geograficamente é necessariamente o mais poderoso. Entretanto, dependendo da estratégia adotada, um Estado considerado mais fraco pode se sobressair em relação a um mais forte, em determinadas situações. De forma ilustrativa, podemos comparar essas estratégias àquelas utilizadas pelos jogadores de pôquer, que necessitam combinar de maneira inteligente as cartas que possuem na mão, as cartas que estão à mesa, a quantidade de fichas que possuem para apostar, com o que conhecem em relação ao perfil de seus adversários. Esses fatores combinados com a predisposição do jogador para assumir alguns riscos, pode resultar em vitórias, ainda que as cartas na mão sejam de baixa pontuação.

Nesse contexto, ao término desta introdução, passaremos a apresentar os conceitos relacionados a Poder e Equilíbrio de Poder e, em seguida, os conceitos de Poder Duro e Poder Brando, de forma que possamos compreender as formas coercitiva e persuasiva de aplicação de Poder que um Estado possui.

No capítulo 2 apresentaremos um dos vários significados para o conceito de poder, seguido dos conceitos de Poder Duro e Poder Brando. Dessa forma, poderemos continuar com o raciocínio e começar a compreender como a utilização sinérgica desses dois poderes resulta no Poder Inteligente. Em seguida, serão apresentados os cinco passos para a elaboração de uma estratégia com base nesse poder, onde observaremos que existem vários cuidados que um Estado deve observar quando aplica o seu Poder Inteligente, pois em determinadas situações o uso combinado dos Poderes Duro e Brando pode resultar em revezes.

No capítulo apresentaremos que o Poder Militar de um Estado é parte de seu Poder Duro e, quando utilizado como Poder Inteligente, é interessante que o seu alcance seja o maior possível, condição esta alcançada por intermédio das operações anfíbias cuja abordagem ocorre no capítulo seguinte.

No capítulo 3, iniciaremos apresentando como as operações anfíbias são o tipo de operação militar que melhor se apresenta para o emprego do Poder Inteligente. Em seguida, apresentaremos os tipos de Operações Anfíbias existentes, suas características e forma de emprego, com ênfase na Projeção Anfíbia, por estas permitirem a possibilidade de aplicação em situações não relacionadas com o combate, como a ajuda humanitária, por exemplo.

Uma vez que os militares são vocacionados para a guerra, poderíamos questionar a sua eficiência na realização de Projeções Anfíbias em situações que não envolvam diretamente o combate. Dessa forma, seguiremos apresentando como são planejadas e executadas as Operações Anfíbias, e concluiremos que a metodologia aplicada a um planejamento militar é versátil o suficiente para se moldar às referidas situações. Além disso, faremos uma correlação com as capacidades das Projeções Anfíbias e o alcance que elas proporcionam ao Poder Inteligente.

No capítulo 4, utilizaremos uma projeção anfíbia realizada no Haiti por Forças Militares estadunidenses, em conjunto com outras entidades, para ilustrarmos a aplicação dos

conceitos teóricos apresentados. Tal operação, denominada *Unified Response*, ocorreu em 2010, a fim de prestar ajuda humanitária às vítimas de um terremoto de elevada magnitude que atingiu o território haitiano.

No decorrer do capítulo, apresentaremos como foi preparada e conduzida a Operação *Unified Response* e quais benefícios ela trouxe para os Estados Unidos da América. Para isso, ilustraremos como aquele Estado era percebido pelos demais, ou seja, como se encontrava a sua imagem, e o que mudou após a Operação *Unified Response*, bem como a sua contribuição para o atingimento dos objetivos estadunidenses.

No capítulo 5, concluiremos o trabalho apresentando uma análise das relações existentes entre o emprego do Poder Inteligente e a utilização de Projeções Anfíbias. Buscaremos ressaltar todos os pontos correlatos com a teoria apresentada e encerraremos com a verificação do nível de adesão com a seguinte hipótese: uma Projeção Anfíbia pode contribuir com a aplicação do Poder Inteligente de uma Estado, segundo a teoria elaborada por Joseph Samuel Nye Junior, sendo este o propósito do trabalho.

Por fim, destacamos a relevância deste trabalho, que por meio do desenho de pesquisa de comparação entre teoria e realidade, permite a identificação da aplicação do Poder Militar em situações diferentes do combate, portanto, para ações em que não se espera o emprego de ações violentas, e como tais operações consistem em valiosos instrumentos de contribuição para um Estado atingir seus objetivos no sistema internacional.

2 O PODER INTELIGENTE E SEU EMPREGO

O realismo é a teoria mais utilizada para o entendimento das relações entre os Estados existentes no mundo (PECEQUILO, 2004). Dentre seus preceitos, identificamos que tais membros do sistema internacional¹ utilizam o Poder que possuem para o atingimento de seus interesses. Além disso, existe uma motivação comum para o aumento de Poder e, simultaneamente, para realizar ações que buscam a contenção do Poder alheio a fim de se obter a manutenção do Equilíbrio de Poder a nível global. Tais características existem desde a antiguidade, como nos mostrou Tucídides² (464 A.C. a 401 A.C.) ao relatar a história da guerra do Peloponeso (431 A.C. – 403 A.C.), ocasião em que tais aspectos realistas³ são evidentes (TUCÍDIDES, 1982). Ressalta-se que as ações dos Estados envolvendo o emprego de Poder ainda são recorrentes, tendo esse conceito evoluído ao longo do tempo e chegando ao que se conhece por Poder Inteligente, o qual será abordado ao longo deste trabalho. Porém, para que possamos melhor compreendê-lo, inicialmente apresentaremos os conceitos de Poder e Equilíbrio de Poder.

2.1 O PODER E O EQUILÍBRIO DE PODER

Segundo Nye Jr (2011), existem várias definições para o conceito de **Poder** (grifo nosso), e não há sequer uma aceita por todos, sendo a escolha motivada por próprios interesses e valores. Para o entendimento do presente trabalho, utilizaremos a definição apresentada por

¹ Sistema internacional é o meio por onde os Estados existentes no mundo interagem e se relacionam (PECEQUILO, 2004).

² Tucídides foi um Ateniense responsável pelos registros da Guerra do Peloponeso, da qual participou (TUCÍDIDES, 1982).

³ Aspectos que se referem à teoria do realismo utilizada para o entendimento das relações internacionais (PECEQUILO, 2004).

Joseph Samuel Nye Junior⁴ (1937 –) que vem a ser a “capacidade de fazer algo e, em situações sociais, fazer com que outros nos proporcionem o que desejamos⁵” (NYE JR, 2011, p.6, tradução nossa).

Nas relações internacionais, identificamos que a aplicação do Poder pelos Estados é uma prática comum e, por vezes, seu Poder é utilizado com o simples objetivo de evitar que outros Estados aumentem demasiadamente o seu Poder, o que poderia causar instabilidades. Assim, os Estados utilizam o seu Poder de forma a ampliá-lo, e simultaneamente, para manter certo Equilíbrio de Poder em nível regional, ou até mesmo, global (NYE JR, 2009; PECEQUILO, 2004). A história nos confirma tal tentativa de equilíbrio ao observarmos o temor causado em Esparta pela expansão de Atenas⁶ eclodindo na Guerra do Peloponeso (TUCÍDIDES, 1982).

O Equilíbrio de Poder, assim como o conceito de poder, também possui diversas interpretações e a ele são atribuídas diferentes consequências, como por exemplo a manutenção da estabilidade regional, a ocorrência de guerras e a preservação do sistema anárquico de Estados separados (NYE JR, 2009). Então, sendo este um conceito polissêmico, seria um erro bastante trivial considerar que se atingiria tal equilíbrio caso o Poder estivesse distribuído de maneira equitativa entre os Estados. Porém, observa-se que existe aceitação pelo *status quo* quando as relações existentes permitam a um Estado certo grau de conforto, segurança e autonomia, culminando no que entendemos por Equilíbrio de Poder. Assim, para os referidos atores do sistema internacional, o uso do Poder tem como premissa básica a sobrevivência de um Estado e pode ser utilizado dentro de um leque de possibilidades.

⁴ Joseph S. Nye Jr. é reconhecido internacionalmente como um dos maiores especialistas em Relações Internacionais, Política Externa e Governança Global. Em sua vida pública, foi membro da Secretaria de Estado do Governo Carter, assessor de Defesa e Segurança Internacional da Administração Clinton e presidente do Conselho de Inteligência Nacional dos Estados Unidos da América (NYE JR, 2009).

⁵ *Power is the capacity to do things and in social situations to affect others to get the outcomes we want.*

⁶ Atenas era uma democracia e demonstrava grande prosperidade regional com expansão comercial. Esparta era uma oligarquia e temia que seus vizinhos se inspirassem no modelo ateniense e se voltassem contra os espartanos (TUCÍDIDES, 1982).

O emprego do Poder de um Estado não é apenas traduzido pela sua capacidade de emprego da força. No ano de 1980, Nye Jr (2009) formulou os conceitos de *Hard Power* e *Soft Power*, traduzidos, respectivamente, como: Poder Duro e Poder Brando (tradução nossa). Tais conceitos agrupam as alternativas de emprego do Poder de um Estado em duas categorias cujas características passaremos a abordar de forma detalhada.

2.2 O PODER DURO

O Poder Duro é o conjunto de opções concretas que um Estado dispõe para atingir seus objetivos, associadas ao campo militar e econômico (NYE JR, 2002). O tamanho de suas Forças Armadas, o nível tecnológico de suas armas, especialmente armas de destruição em massa, sua doutrina militar e a capacidade de se projetar nas diversas regiões do planeta correspondem a fatores considerados para se mensurar o Poder Duro de um Estado. Assim, o Poder Duro associado ao campo militar não deve ser apenas entendido pelas participações em guerras e conflitos armados⁷. A simples existência de Forças Armadas pujantes ou a posse de armas de destruição em massa, como bombas atômicas, são algumas formas de emprego do Poder duro de forma dissuasória. Além disso, a demonstração de capacidade militar, quer seja pela simples participação em solenidades militares internacionais, ou pela celebração de alianças militares, pode ser entendida como uma forma defensiva do emprego do Poder Duro (NYE JR, 2004).

Dentro do campo econômico o Poder Duro pode ser aplicado por intermédio da realização de embargos econômicos, interrupção de subsídios, pela realização de financiamentos de projetos ou causas que acarretem prejuízos aos adversários ou por promover

⁷ O termo conflito armado pode referir-se a um conflito interno, não envolvendo necessariamente dois Estados (BRASIL, 2011).

oscilações nos preços de um produto que se tenha em abundância, como o petróleo por exemplo, ou ainda pelos gastos militares.

A utilização do Produto Interno Bruto (PIB)⁸ como índice de avaliação de economia de um Estado pode levar a uma falsa associação com o Poder Duro no campo econômico, pois é necessário que o Estado seja efetivamente capaz de alcançar seus objetivos no sistema internacional através da sua economia, o que depende da forma como os recursos existentes são utilizados. Por exemplo, o Canadá possui menor PIB que o Brasil, em valores absolutos, porém sua estrutura política é mais atrativa aos investidores estrangeiros (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO, 2018a).

2.3 O PODER BRANDO

O Poder Brando é toda ação que visa a influenciar o comportamento de outros Estados de maneira indireta, ou seja, por sua própria vontade esses atores do sistema internacional passarão a colaborar para que os objetivos daquele que aplica o Poder Brando sejam atingidos (NYE JR, 2004).

Segundo Nye Jr (2002), a aplicação do Poder Brando pode ser entendida como uma forma de sedução, atraindo a atenção de outros Estados e tornando-os interessados em se tornar cada vez mais **parecidos** (grifo nosso), ou seja, efetivamente influenciar mudanças para que determinado Estado seja considerado o modelo a ser seguido, o que torna mais simples a formação de alianças, parcerias e relações comerciais.

O Poder Brando pode ser utilizado como forma de contrabalançar algumas posturas ou ações de alguns Estados, em princípio, consideradas como negativas. Por exemplo, em que

⁸ O Produto Interno Bruto é obtido ao somar-se os valores de todos os bens e serviços finais produzidos por um Estado durante um período de observação (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO, 2017, p. 37).

pese os Estados Unidos da América não terem assinado a Convenção de Ottawa⁹, que versa sobre a não utilização de minas terrestres¹⁰, em 2016 foram o segundo Estado que mais contribuiu financeiramente para a limpeza de áreas minadas¹¹ existentes no mundo (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2017a).

A efetiva aplicação do Poder Brando demanda a sua divulgação pelos meios existentes. Quanto mais efetiva a sua propaganda, maiores são as chances de que o propósito estabelecido seja atingido. Na década de 1930, a forma de vida dos estadunidenses foi amplamente divulgada, voltando os olhos do mundo para tal. Conhecido como o *American Way of Life*¹², a propaganda foi eficaz no apoio à contenção do comunismo¹³, colaborando para que a maioria dos Estados aderisse ao modelo capitalista. Outra forma bastante utilizada de apoio à divulgação do Poder Brando se observa na distribuição das produções cinematográficas estadunidenses (FOREIGN AFFAIRS, 2009; NYE JR, 2011).

2.4 O PODER INTELIGENTE

Por um tempo, acreditava-se que apenas o Poder Brando seria capaz de produzir uma política exterior eficiente. No entanto, de acordo com Nye Jr (2011), tanto o Poder Duro quanto o Poder Brando podem ser mais efetivos quando empregados de maneira combinada. Por tal motivo, ele desenvolveu o termo Poder Inteligente¹⁴ (tradução nossa). Seu conceito

⁹ Convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e sobre a sua Destruição (CONVENÇÃO DE OTTAWA, 1997).

¹⁰ Minas terrestres são artefatos explosivos enterrados no solo que explodem pela proximidade, contato ou aproximação de pessoas ou veículos (CONVENÇÃO DE OTTAWA, 1997).

¹¹ Áreas Minadas são áreas onde existam minas terrestres, ou pelo menos, haja a suspeita de sua presença (CONVENÇÃO DE OTTAWA, 1997).

¹² Modo de vida americano (tradução nossa).

¹³ Comunismo é uma ideologia política e socioeconômica, que pretende promover o estabelecimento de uma sociedade igualitária, sem classes sociais e apátrida, baseada na propriedade comum dos meios de produção (PECEQUILO, 2010).

¹⁴ *Smart Power*.

consiste na habilidade de combinar os recursos dos Poderes Duro e Brando dentro de estratégias efetivas.

O Poder Inteligente permite que Estados com menores Poderes Duro e Brando consigam se sobressair no sistema internacional. Nesse caso, o fator preponderante vem a ser a estratégia de combinação e utilização dos dois Poderes. A identificação de tal estratégia será tão melhor quanto for a capacidade de utilização da **inteligência contextual** (grifo nosso) dos líderes dos Estados, ou seja, a habilidade intuitiva de efetuar diagnósticos do ambiente internacional e alinhar táticas com objetivos a fim de se estabelecer estratégias inteligentes (FOREIGN AFFAIRS, 2018; NYE JR 2011). Para exemplificarmos esse conceito, podemos entendê-lo de forma ilustrativa como o nível de perspicácia de um jogador de xadrez que movimenta as peças no tabuleiro com a expectativa de induzir o seu adversário a se posicionar onde ele deseja.

A inteligência contextual pode ser a lente necessária para que se encontre a sinergia obtida pelo emprego combinado do Poderes Duro e Brando. Entretanto, há situações em que ambos podem ter sua eficiência reduzida, quando aplicados mutuamente, em particular quando a inteligência contextual é um fator com capacidade reduzida. Dessa forma, é necessário saber distinguir como a combinação dos dois Poderes pode trazer benefícios. Assim, passaremos a descrever o processo para a implementação do Poder Inteligente em cinco fases segundo Joseph Samuel Nye Junior.

2.5 OS CINCO PASSOS PARA A APLICAÇÃO DO PODER INTELIGENTE

Uma estratégia inteligente requer a identificação de parâmetros que oscilam ao redor de cinco questionamentos: Quais objetivos ou resultados são esperados? Quais recursos estão disponíveis, e em que contexto? Quais são as características, peculiaridades e

preferências dos alvos para os quais o esforço será direcionado? Qual a forma mais apropriada para aplicar os Poderes Duro e Brando para se obter sucesso, em termos de dosagem e forma de sua aplicação? E qual a probabilidade de sucesso? Com base nesses questionamentos, Nye Jr (2011) sugere a adoção de cinco passos para a construção da estratégia para a aplicação do Poder Inteligente, os quais abordaremos a seguir.

2.5.1 O primeiro passo

Um Estado deve ter claramente seus objetivos definidos, e uma vez que isso ocorra, avaliar se o preço a ser pago é compensador. Além disso, os objetivos devem atender à sobrevivência do Estado e, se possível, gerar benefícios para as pessoas que habitam em seu território. Outrossim, deve-se ter em mente que os objetivos traçados podem ser satisfatórios para determinado Estado e, simultaneamente, trazer benefícios ou prejuízos para os outros, podendo afetar o Poder Brando.

Os Estados devem avaliar cada ação que pretendem desenvolver para atingir seus objetivos. Por vezes, podem adotar medidas de auxílio a outros Estados, o que favorece o Poder Brando, mas se a ajuda *per se* pode ser benéfica, ela pode não ser suficiente para permitir que o Estado que a recebe saia da situação desfavorável. Nesse caso, o Poder Inteligente deve ser utilizado no sentido de apoiar o desenvolvimento do Estado que necessita auxílio. Entretanto, essa alternativa normalmente não trará benefícios a curto prazo, e o seu encerramento prematuro pode gerar no anfitrião o sentimento de abandono.

Estados pujantes podem encontrar na formação de coalizões, ou na realização de mediações, opções que geralmente trazem relevantes benefícios. Nesses casos, quanto maior for a capacidade de persuasão de um Estado, maiores serão as suas chances de obter sucesso, sem contar que essa característica poderá ser o elemento essencial para colocar partes em

desacordo reunidas em uma mesa de negociações. Ao se chegar a um consenso, além de resolver a tensão, o Estado mediador provavelmente terá seu Poder Brando engrandecido no sistema internacional.

Assim, verificamos que a escolha dos objetivos demanda um estudo minucioso e que cada Estado deve identificar se possui os elementos necessários para materializá-los, sendo este justamente o próximo passo a ser dado.

2.5.2 O segundo passo

Após a definição dos objetivos, o Estado deve proceder a identificação precisa dos recursos disponíveis e avaliar como eles podem ser alterados conforme mudanças contextuais. Para o combate tradicional, uma Força Militar atacante dosa o seu Poder Ofensivo na razão de três para um, ou seja, em relação à Força que defende, é necessário, no mínimo o triplo de Poder para o ataque. Todavia, doutrinas estabelecendo a razão de combate contra forças irregulares¹⁵ sugerem que para cada insurgente é necessário mobilizar pelo menos vinte militares (NYE JR, 2011, p.223). Assim, podemos concluir que uma Força Militar regular pode ter a sua pujança mitigada quando mobilizada conforme o tipo de inimigo.

Em relação aos recursos econômicos de um Estado, eles também podem sofrer drásticas alterações conforme o contexto. Por exemplo, após a Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918), a Europa enfraquecida dependia da importação de produtos estadunidenses, que eram produzidos em larga escala. Todavia, em 1929, com o reerguer do Continente Europeu, a demanda por produtos advindos dos Estados Unidos da América começou a diminuir, entretanto, a produção manteve o ritmo. Com isso, os estoques começaram a se acumular e,

¹⁵ Forças irregulares são grupos compostos por pessoas organizadas em movimentos alinhados por determinada causa e, para atingi-la, recorrem à violência. Tais forças não são reconhecidas como forças militares (HEYDTE, 1990, p. 102).

como consequência, os produtores precisaram diminuir preços e cortar gastos, o que além de prejuízos, gerou desempregos. Além disso, repentinamente ocorreu um movimento massivo na bolsa de valores de Nova Iorque pela venda de ações, que além de causar prejuízos a investidores, fez com que bancos quebrassem e trouxe consequências negativas a vários Estados em todo o mundo, acarretando em uma gravíssima depressão econômica (BLAINEY, 2009).

Como pudemos observar, em particular para estratégias de longo prazo, o Estado precisa ter uma boa noção de como seus recursos podem ser afetados, em particular quando atrelados a condições particulares conforme observamos o que ocorreu em 1929 nos Estados Unidos da América. Além do mais, efetuar estudos relacionados a tendências e possíveis surgimentos de novas ameaças pode tornar mais segura uma estratégia a ser adotada.

2.5.3 O terceiro passo

O próximo passo consiste na clara identificação das características, peculiaridades e preferências dos alvos para os quais o esforço será direcionado, ou seja, se para atingir os objetivos é necessário que determinado elemento adote uma postura específica, devemos identificar como será a sua reação mediante o emprego do Poder Inteligente.

Donald Henry Rumsfeld¹⁶ (1932 –) observou que para vencer a guerra contra o terrorismo seria necessário que o Poder Duro estadunidense prevalecesse sobre o Poder Brando de grupos terroristas, ou seja, ações coercitivas elevariam o número de terroristas mortos ou desencorajados a continuar com suas atividades, e desestimulariam o recrutamento de novos terroristas, geralmente convencidos a se **alistarem** (grifo nosso) por intermédio do Poder Brando dos grupos que adotam tais práticas. Todavia, se no combate aos terroristas, em especial

¹⁶ Donald Henry Rumsfeld foi o 13º e o 21º Secretário de Defesa dos Estados Unidos da América. Ele conduziu as ações do Departamento de Defesa após os ataques terroristas que atingiram as torres gêmeas em 11 de setembro de 2001, localizadas naquele Estado, logrando capturar ou matar dois terços dos líderes da organização terrorista *Al Qaeda*, responsável pelos ataques (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2001).

aos islâmicos, a aplicação do Poder Duro for **percebida** (grifo nosso) como injusta, pode ocorrer a mitigação ou a anulação dos efeitos do Poder Brando estadunidense utilizado para angariar a simpatia dos muçulmanos, gerando um efeito contrário ao esperado, e potencializando o aumento do número de terroristas em posição contrária aos Estados Unidos da América (NYE JR, 2011).

Em 2004, por ocasião da invasão do território iraquiano por uma coalizão liderada pelos Estados Unidos da América, iraquianos detidos da prisão localizada na cidade de *Abu Ghraib* foram torturados por militares estadunidenses, sendo as ações fotografadas e divulgadas pela imprensa em todo o mundo. Fruto disso, em particular pela religião praticada pelos prisioneiros, o islamismo, grupos terroristas internacionais aumentaram o número de seus membros e realizaram o dobro de ataques entre os anos 2001 a 2004, em comparação ao número de ataques registrados antes desse período (NYE JR, 2011).

Podemos perceber que o Poder Duro pode causar consequências danosas ao Estado que o aplica. Logo, faz-se mister o levantamento de dados sobre os alvos onde será aplicado o Poder Inteligente, com foco no que consideram mais importante, levando-se em conta as suas possíveis reações quando tais aspectos são atingidos. Além disso, os envolvidos na aplicação do Poder Inteligente devem ter a consciência de que atos pessoais podem causar consequências destrutivas para o Estado.

2.5.4 O quarto passo

O penúltimo passo consiste na dosagem correta dos Poderes Duro e Brando, de modo que os efeitos de um não anulem os do outro. A estratégia para a aplicação dos referidos Poderes deve estabelecer qual deles será empregado em prioridade, e como o outro, em segundo plano, pode contribuir para a ocorrência de sinergia, não o contrário.

Podemos identificar que durante a Guerra Fria¹⁷ (1947 – 1991) a dissuasão militar contribuiu para evitar agressões ao continente europeu, enquanto que o Poder Brando estadunidense, por meio da divulgação das ideias do *American Way of Life*, mitigou a crença no comunismo do outro lado da cortina de ferro¹⁸. Entretanto, essa combinação não foi efetiva no Vietnã, tendo em vista que os Estados Unidos da América não souberam compreender as motivações nacionalistas daquele Estado, sendo as ações militares estadunidenses maléficas aos efeitos do seu Poder Brando (NYE JR, 2011). Portanto, nem sempre uma ação que se mostra exitosa para determinado alvo surtirá o mesmo efeito para outro.

Dessa forma, assim como no terceiro passo onde é necessário conhecer ou, pelo menos buscar prever como a estratégia será recebida pelos alvos, o Estado deverá identificar os efeitos que as possíveis combinações de seus Poderes Duro e Brando podem causar, estabelecendo parâmetros para identificar a ocorrência de revezes e planejar alternativas para interromper uma situação desfavorável que se configure.

2.5.5 O quinto passo

O último passo consiste na avaliação cautelosa da probabilidade de sucesso da estratégia planejada. Como pudemos identificar nos passos anteriores, existe uma série de cuidados que devem ser observados, tanto em relação as próprias capacidades do Estado, como em relação ao sistema internacional. Nesse contexto, torna-se bastante apropriado o seguinte ensinamento de Sun Tzu (544 A.C. – 496 A.C.)¹⁹:

¹⁷ A Guerra Fria foi uma disputa sem enfrentamentos diretos envolvendo os Estados Unidos da América e a ex-União Soviética. Foi uma guerra de influências entre o capitalismo estadunidense e o comunismo soviético a fim de atrair países para a adoção de respectivo sistema. Nesse período, esses dois Estados eram as grandes potências que imperavam no sistema internacional (PECEQUILO, 2012).

¹⁸ Cortina de ferro era a maneira como se chamava a linha imaginária que dividia o mundo entre capitalistas e socialistas (PECEQUILO, 2012).

¹⁹ Sun Tzu foi um general, estrategista e filósofo chinês autor do livro *A Arte da Guerra*, composto por treze capítulos sobre estratégias militares. Seus ensinamentos são aplicáveis a diversos setores onde há competição, como nas disputas comerciais (TZU, 2011).

Se você conhecer o inimigo e conhecer a si mesmo, não precisará ter medo do resultado de cem batalhas. Se você conhecer a si mesmo, mas não conhecer o inimigo, para cada vitória conquistada haverá uma derrota. Se você não conhecer o inimigo nem a si mesmo, irá fracassar em todas as batalhas (TZU, 2011, p. 21).

Por fim, cada Estado deve avaliar, com base nas informações que possui, se é vantajoso adotar a estratégia escolhida para o emprego de seu Poder Inteligente. No entanto, é prudente respeitar os próprios limites e evitar ultrapassá-los, de forma semelhante aos grandes impérios, como o romano²⁰ (NYE JR, 2011), por exemplo.

A partir deste ponto, uma vez que apresentamos alguns conceitos relacionados ao Poder, passaremos a uma abordagem específica a fim de identificarmos algumas peculiaridades envolvendo o Poder Inteligente e as operações militares.

2.6 O PODER INTELIGENTE E AS OPERAÇÕES MILITARES

Uma Força Militar com capacidade expedicionária, ou seja, capaz de se fazer presente em outros Estados, pode ser normalmente associada à guerras e coerção. Todavia, essa parcela do Poder Duro pode ser utilizada dentro de uma estratégia de emprego do Poder Inteligente conforme observamos ao longo dos cinco passos para a sua concepção. Além disso, vimos que é desejável que o Poder Brando possua a maior visibilidade possível ao redor do planeta.

A guerra deixou de ser a única aplicação do Poder Militar, passando as Forças Armadas de um Estado a serem empregadas em outras operações além da guerra²¹ (tradução nossa), como ajuda humanitária em áreas atingidas por catástrofes naturais, tanto para o fornecimento de água, alimentos e remédios, quanto para ajudar na reconstrução de infraestruturas danificadas (CHONG, 2015). Doravante, nos referenciaremos a essas operações

²⁰ O império romano existiu no período de 27 A.C. a 476 D.C.

²¹ *Operations Other Than War*.

como Operações Benignas, em consonância com a Doutrina Militar Naval brasileira (BRASIL, 2017).

Para explorar com maior eficiência o Poder Brando gerado pelas outras atividades além da guerra, o Poder Militar deve ser capaz de se fazer presente na maior parte possível do planeta, e é nesse contexto, que passaremos a analisar qual modalidade de operação militar permite tal feito.

3 AS OPERAÇÕES ANFÍBIAS

De acordo com Brasil (2017), o Poder Naval²² possui, intrinsecamente, as características de mobilidade, versatilidade, flexibilidade e permanência, que vêm a ser, respectivamente, a capacidade de deslocar-se prontamente e a grandes distâncias; a possibilidade de ser empregado em atividades de variadas naturezas, a capacidade de poder se adaptar ao nível de esforço requerido para determinadas situações, ou seja, pode adaptar o grau de Poder; e a capacidade de operar de forma independente durante um longo período (BRASIL, 2017). Tais características não são observadas na Força Terrestre e Aérea de um Estado, sendo por meio da Força Naval que um Estado pode estender a sua atuação em outros territórios de maneira expedicionária, uma vez que nosso planeta é em sua maior parte constituído por água, e o mar alcança todos os continentes (ORGANIZAÇÃO HIDROGRÁFICA INTERNACIONAL, 1953).

O Poder Naval possui como uma de suas tarefas básicas a projeção de Poder sobre terra, sendo esta tarefa executada, dentre outras, por meio de Operações Anfíbias (BRASIL, 2017), e segundo Estados Unidos da América (2014), uma operação anfíbia é uma operação militar lançada a partir do mar por uma Força Anfíbia²³ para conduzir operações de uma Força de Desembarque²⁴ em um litoral.

Registros na *Ilíada*²⁵ atribuída a Homero (Século IX A.C. – Século VIII A.C.) indicam que os antigos gregos foram os primeiros a realizarem operações anfíbias quando, após cruzarem o Mar Egeu, desembarcaram nas praias próximas à extinta cidade de Troia, território

²² O Poder Naval compreende os navios, aeronaves e fuzileiros navais pertencentes à da Marinha do Brasil, além das infraestruturas de apoio, comando e controle, logística e administração (BRASIL, 2017).

²³ Força Anfíbia é um conjunto composto por navios de guerra, fuzileiros navais, veículos com capacidade anfíbia e outros com a finalidade de realizar uma operação anfíbia (BRASIL, 2017; ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2014).

²⁴ Força de Desembarque é uma organização militar temporária composta por fuzileiros navais, organizada conforme doutrina específica, a fim de realizar um desembarque em um litoral (BRASIL, 2017; ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2014).

²⁵ Poema épico da Grécia antiga (SHURKIN, 2012).

onde atualmente se encontra a Turquia, a fim de destruí-la durante uma guerra que ocorreu entre 1300 e 1200 A.C. com duração de dez anos. Desde então, várias operações anfíbias ocorreram ao longo da história da humanidade (GLOBAL SECURITY, 2011).

As Operações Anfíbias podem ser realizadas por meio de cinco modalidades (BRASIL, 2017; ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2014), que serão descritas a seguir.

3.1 AS MODALIDADES DE OPERAÇÕES ANFÍBIAS

As operações anfíbias podem ser classificadas em: Assalto Anfíbio, Incursão Anfíbia, Demonstração Anfíbia, Retirada Anfíbia e Projeção Anfíbia²⁶ (BRASIL, 2017; ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2014). Passaremos a um maior detalhamento de cada uma delas, identificando o seu propósito e algumas possibilidades.

3.1.1 Assalto Anfíbio

Assalto Anfíbio é um ataque a partir do mar com o propósito do firme estabelecimento de uma Força de Desembarque em um litoral hostil ou potencialmente hostil, mediante um desembarque, sendo este a modalidade de Operação Anfíbia mais completa (BRASIL, 2017; ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2014). Para tal, uma Força Anfíbia deve possuir todo o pessoal e material necessário para permitir que se obtenha acesso a uma área por meio de uma entrada forçada (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2014).

Um Assalto Anfíbio pode ser empregado na fase inicial de uma campanha militar ou operação de grande vulto onde o objetivo seja a conquista de uma região que permita a

²⁶ Projeção Anfíbia é a expressão utilizada pela Marinha do Brasil para *Amphibious Force Support to Crisis Response and Other Operations*, que é a denominação no idioma inglês utilizada pela Marinha estadunidense (BRASIL, 2017; ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2014). O presente trabalho adotará a denominação utilizada pela Marinha do Brasil.

posterior entrada de outras tropas, como portos e aeroportos. Pode ainda ser utilizado para negar a liberdade de movimento do adversário, mantendo-as afastadas das áreas marítimas cuja manutenção seja necessária para as operações. Além disso, o Assalto Anfíbio pode ser utilizado para garantir a segurança do tráfego marítimo amigo, ou interferir no tráfego marítimo inimigo (BRASIL, 2017; ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2014).

3.1.2 Incursão Anfíbia

A incursão anfíbia consiste em uma rápida e temporária ocupação de um objetivo localizado em litoral hostil, ou potencialmente hostil, seguido de uma retirada planejada. Pode ser utilizada para capturar temporariamente uma área a fim de assegurar informações, confundir o adversário, capturar pessoal ou equipamento, e destruir uma capacidade. Além disso, pode ser realizada com a finalidade de extração ou resgate de pessoas e material (BRASIL, 2017; ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2014).

Em que pese esta modalidade de Operação Anfíbia ser conduzida, normalmente, por Forças de menor envergadura, a sua diferença para o Assalto Anfíbio se verifica na existência de uma retirada planejada, e geralmente, é utilizada em ações ofensivas de pequena duração.

Outra diferença em relação ao Assalto Anfíbio se verifica no menor vulto para o estabelecimento de facilidades em terra como ocorre no Assalto Anfíbio. Em particular, conforme a missão a ser executada, praticamente todo o apoio logístico pode ser proporcionado a partir dos navios empregados na operação. Tal característica contribui sobremaneira para dar maior velocidade à fase de retirada desta modalidade de Operação Anfíbia (BRASIL, 2008, 2017).

3.1.3 Demonstração Anfíbia

A Demonstração Anfíbia é uma forma de demonstração de Força onde o contato com o inimigo não é desejado. Ela consiste na aproximação de uma Força Naval do território inimigo, sem a ocorrência de desembarque, a fim de ludibriá-lo, forçando o emprego de suas Forças de maneira desfavorável, gerando dúvida com relação ao verdadeiro local do desembarque. É aplicável para apoiar a uma operação dentro de uma campanha militar, negando ao inimigo o uso de áreas ou instalações ou fixando suas Forças e atenção para uma área específica. Esse tipo de operação anfíbia também pode ser utilizado para reforçar um esforço diplomático para diminuir tensões e manter a segurança regional (BRASIL, 2017; ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2014).

3.1.4 Retirada Anfíbia

A Retirada Anfíbia consiste na extração de Forças pelo mar, por meio de navios, a partir de um território hostil ou potencialmente hostil. É conduzida por uma Força de Retirada que poderá, ou não, pertencer a uma Força Anfíbia, e estar, ou não, familiarizada com a realização de Operações Anfíbias (BRASIL; ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2014).

Esta modalidade tem por objetivo permitir o emprego de Forças em outra posição ou proporcionar o desengajamento com o inimigo. Não deve ser confundida com a Incursão Anfíbia quando utilizada para o resgate de pessoal, pois neste caso, trata-se de geralmente de grupos menores ou que não compõem uma Força. Além disso, a Retirada Anfíbia é planejada unicamente para a retirada de Forças, não sendo realizada nenhuma outra ação como ocorre na Incursão Anfíbia (BRASIL, 2017).

3.1.5 Projeção Anfíbia

A Projeção Anfíbia consiste no emprego de uma Força Anfíbia em resposta a uma crise, em apoio a operações navais ou para conduzir Operações Benignas. Esta modalidade utiliza as características do Poder Naval para introduzir uma Força em local desejado, a partir do mar, a fim de cumprir as referidas tarefas (BRASIL, 2017; ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2014).

Diferente das demais modalidades, a Projeção Anfíbia é a única que executa tarefas não relacionadas diretamente com o combate, como: assistência humanitária, incluindo o socorro por ocasião de desastres naturais, evacuação de não-combatentes, operações de paz ou operações de resgate de pessoas desaparecidas ou em situação de perigo. No período compreendido entre 1994 e 2014, as Projeções Anfíbias tem sido a modalidade de Operação Anfíbia mais empregada pelas Forças estadunidenses (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2014).

Em uma primeira análise, pode transparecer que militares não sejam capazes de realizar com eficiência tarefas não relacionadas com atividades bélicas, uma vez que compõem Forças vocacionadas para o combate. Todavia, conforme abordaremos a seguir, ditas tarefas são executadas conforme o processo de planejamento utilizado para o combate, que possui flexibilidade suficiente para permitir que Operações Benignas sejam conduzidas com o mesmo grau de eficiência do que aquelas realizadas nos enfrentamentos.

3.2 O PLANEJAMENTO E A EXECUÇÃO DAS OPERAÇÕES ANFÍBIAS

O planejamento das Operações Anfíbias utiliza uma metodologia que segue um roteiro dividido em uma sequência de etapas, que por sua vez são divididas em fases, sendo

bastante abrangente e flexível a diversas situações. Para a sua concepção, são reunidos especialistas e pessoal com experiência conforme as necessidades para o cumprimento de uma missão.

Na primeira etapa, identifica-se a missão a ser cumprida, verificando-se os objetivos a serem atingidos. Na sequência, é feita uma análise do ambiente onde ocorrerá a operação, identificando-se características do local, possíveis ameaças e como elas podem interferir no cumprimento da missão e, simultaneamente, são concebidas possibilidades de solução para o problema, sendo verificado se existe disponibilidade de pessoal e material para a sua condução. Em seguida, é realizada uma comparação entre as ameaças e as possíveis soluções, identificando-se como estas são afetadas e, fruto disso, como podem ser aprimoradas para mitigar os perigos. Ao final dessa etapa, decide-se entre as possibilidades de solução, aquela que traz mais vantagens.

A segunda etapa é composta pela confecção de documentos, formalizando o planejamento com o nível de detalhamento necessário ao cumprimento da missão, sendo efetuada a sua divulgação em todos os níveis que executarão a missão. É importante ressaltar que cada nível executa um planejamento paralelo e simultâneo, devido à complexidade de uma Operação Anfíbia, sendo os detalhes para a sua condução estudados de forma minuciosa. Nessa etapa, são emitidas instruções detalhadas para a coordenação das ações e estabelecidas as relações de subordinação.

A terceira e última etapa consiste em estabelecer indicadores que permitam identificar se aquilo que foi planejado está efetivamente acontecendo ou se está sofrendo algum tipo de interferência. Caso seja necessário, deverão ser tomadas medidas para contornar a situação adversa e fazer com que a execução da missão retorne ao rumo planejado.

Conforme percebemos, a metodologia aplicada ao planejamento é bastante abrangente, e por isso se torna aplicável as Operações Benignas. Ressalta-se que, para estes

tipos de operações, são integrados à equipe de planejamento, especialistas militares e civis conforme a situação exija. Além disso, com o surgimento de novas informações, as etapas do planejamento podem ser revistas ou até mesmo refeitas, sendo este ciclo ocorrendo até o cumprimento da missão (BRASIL, 2006; ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2010a, 2014).

3.3 O PODER INTELIGENTE E AS PROJEÇÕES ANFÍBIAS

Até este ponto da pesquisa, observamos que as Projeções Anfíbias, por utilizarem o Poder Naval, aproveitam-se das suas características intrínsecas. Também observamos que a metodologia de planejamento para o emprego de Forças Militares é versátil, e permite a conceber Operações de Combate ou Operações Benignas, sem que haja a necessidade de grandes adaptações.

Ao utilizar o Poder Militar para, por exemplo, realizar ajuda humanitária perante uma situação de catástrofe natural, é possível perceber uma combinação do Poder Duro e Brando de um Estado, ou seja, a aplicação do Poder Inteligente, pois de maneira geral, o senso comum indica atitude positiva em relação àqueles que realizam um esforço para salvar vidas, ou que estendem a mão para pessoas que se encontram em condições desfavoráveis.

No tocante às Projeções Anfíbias, identificamos ser a única modalidade de Operação Anfíbia utilizada para a realização de Operações Benignas e, ao aproveitar a reação positiva natural perante tais Operações, referindo-se às Benignas, identificamos a sua relação com o Poder Inteligente. Além disso, utilizam o mar para serem irradiadas e, pelo fato de que 90% do comércio mundial acontece através dele (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2018c), podemos concluir que o alcance de uma Projeção Anfíbia pode ser bastante amplo, logo, replica tal alcance ao Poder Inteligente.

A fim de identificarmos a aplicação dos conceitos e características apontadas até este ponto, passaremos a apresentar uma situação real, relacionada com a prestação de ajuda humanitária através do uso do Poder Militar. No caso, as ações foram conduzidas por intermédio de uma Projeção Anfíbia, quando a prontidão do Poder Duro estadunidense foi crucial para amenizar os efeitos de uma catástrofe natural, assim com a mobilidade de suas Forças, evitando que os efeitos daquela calamidade fossem ainda mais devastadores.

4 A OPERAÇÃO *UNIFIED RESPONSE* E SEUS RESULTADOS

O Haiti é um Estado que se localiza na porção ocidental da ilha de São Domingos, no Mar do Caribe, a sudeste de Cuba, e faz fronteira com a República Dominicana. Atualmente, ocupa a 163ª posição no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano²⁷ e possui o 5º menor PIB do planeta, sendo o Estado mais pobre das Américas (FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL, 2018; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2018a).

Em 2010, o referido Estado foi acometido por um grave desastre natural que causou milhares de mortes e a destruição de várias estruturas necessárias ao funcionamento daquele Estado, fazendo com que o Haiti clamasse por ajuda internacional (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2017b). Face ao exposto, passaremos a abordar este fatídico episódio, e apontaremos como a Projeção Anfíbia sob o nome de Operação *Unified Response* contribuiu para trazer esperança e alento aos sobreviventes daquela catástrofe, e ainda beneficiou os Estados Unidos da América.

4.1 A CRISE NO HAITI E O TERREMOTO OCORRIDO EM 2010

A história do Haiti passou por diversos momentos conturbados em sua liderança política, o que levou a frequentes sucessões não democráticas no governo daquele Estado. Em 2004, uma crise assolava o Haiti com a proliferação de gangues que causavam caos e violência. Nesse contexto, o presidente, Jean-Bertrand Aristide (1953 –) renuncia, sendo então criada a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti²⁸ (tradução nossa), identificada pela sigla a partir do idioma francês, MINUSTAH (KAWAGUTI, 2006).

²⁷ Índice utilizado para a classificação dos países em: desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2018a).

²⁸ *Mission des Nations unies pour la stabilisation en Haïti.*

A MINUSTAH logrou êxito na estabilização do país e conseguiu manter a ordem e segurança, permitindo a condução de eleições democráticas (KAWAGUTI, 2006). Entretanto, em 12 de janeiro de 2010, um terremoto de magnitude 7.0 na escala Richter²⁹, atingiu aquele Estado causando a destruição de 100.000 estruturas, dentre elas, aquelas relacionadas com os principais sistemas de comunicação, e danos a outras 200.000, incluindo o porto e o aeroporto da capital Porto Príncipe. Além disso, ceifou a vida de mais de 316.000 pessoas, causou ferimentos a 300.000 e desabrigou mais de 1.000.000, sendo o 4º maior desastre natural ocorrido no planeta desde o ano 1900 (CECCHINE et al., 2013). Diante da situação, o então presidente haitiano, René Préval (1943 – 2017), solicitou apoio aos Estados Unidos da América (CECCHINE et al., 2013; DIORIO, 2010), cujas ações decorrentes abordaremos a seguir.

4.2 A PREPARAÇÃO PARA A OPERAÇÃO *UNIFIED RESPONSE*

Ao receber o pedido haitiano por ajuda, Barack Hussein Obama II (1961 –), presidente dos Estados Unidos da América, à época, determinou à Agência Estadunidense para o Desenvolvimento Internacional³⁰ (tradução nossa) que liderasse uma operação de ajuda humanitária ao Haiti utilizando o apoio do Departamento de Defesa³¹ (tradução nossa), especificamente por intermédio do Comando Sul³² (CECCHINE et al., 2013, tradução nossa).

A mobilização estadunidense foi imediata e, em 14 de janeiro de 2010, foi estabelecida uma Força-Tarefa Conjunta para prover apoio militar ao esforço de ajuda humanitária através da Operação *Unified Response*. Ressalta-se que o planejamento foi conduzido concomitantemente com algumas ações *in loco*, como a reabertura do aeroporto que

²⁹ Abalo sísmico com força suficiente para causar danos graves à construções, e abrir fendas no solo (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2017a).

³⁰ *United States Agency for International Development*.

³¹ *Department of Defense*.

³² *U.S. Southern Command* (SOUTHCOM). SOUTHCOM é responsável por planejar contingências, realizar operações e cooperar com a segurança na América Central, América do Sul e o Caribe, exceto comunidades, territórios e posses estadunidenses (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2017b).

ocorreu no dia 13 de janeiro de 2010, um dia após a ocorrência do terremoto, assim como o deslocamento de navios da Guarda-Costeira, possibilitando o início do fluxo de suprimentos em prol da ajuda humanitária (CECCHINE et al., 2013; DIORIO, 2010).

Em função da existência da MINUSTAH, e a manutenção de sua condição operacional após o terremoto, foi decidido que o apoio estadunidense ocorreria de forma separada, porém de maneira colaborativa, em vez de ser aglutinado em uma estrutura combinada, a fim de evitar equívocos relacionados com as relações de Comando e subordinação, e para não mitigar a credibilidade da MINUSTAH. Portanto, a referida missão da Organização das Nações Unidas continuaria com foco na manutenção do ambiente seguro e estável, seu esforço principal, enquanto a missão estadunidense se concentraria apenas na ajuda humanitária (CECCHINE et al., 2013).

A Operação *Unified Response* foi concebida para ser executada em cinco fases, assim definidas: Resposta Inicial, Operações de Alívio, Restauração, Estabilização e Recuperação. Em sua estrutura, foram incluídos pessoal civil, Guarda-Costeira e militares do Exército, Fuzileiros Navais, Marinha e Força Aérea, exigindo elevadas medidas de coordenação e controle (DIORIO, 2010).

Considerando apenas aspectos do Poder Duro, em apenas dois dias foram mobilizados 17.000 militares, 33 navios de guerra, incluindo um navio-hospital e um navio aeródromo com capacidade para dessalinizar a água do mar, e 21 aeronaves. Militares oriundos de outros Estados juntaram-se posteriormente, assim como navios de guerra, porém em menor escala (DIORIO, 2010).

Podemos verificar que em um curto espaço de tempo, ocorreu a mobilização de um considerável efetivo das Forças Armadas estadunidenses para realizar uma operação de assistência humanitária, ou seja, uma operação não relacionada com o combate, confirmando não apenas a elevada capacidade de resposta dos Estados Unidos da América perante a uma

situação fora de seu território, mas também a versatilidade de suas Forças. Além disso, observando as fases da Operação *Unified Response*, podemos identificar, *a priori*, que a metodologia do planejamento utilizado para situações de combate mostrou-se compatível. Desta forma, a fim de verificarmos se o planejamento foi efetivamente apropriado, passaremos a abordar a sua execução, ainda mais considerando o vulto de pessoal e material empregado.

4.3 A EXECUÇÃO DA OPERAÇÃO *UNIFIED RESPONSE*

Após a reabertura do aeroporto, a Operação *Unified Response* deu início a primeira fase, priorizando o salvamento de vidas humanas, distribuição de água e alimentos, tratamento de feridos e ações de coordenação junto à MINUSTAH e as diversas Organizações Não-Governamentais (ONG) que atuavam no local. A reabertura do porto, em 20 de janeiro de 2010, ampliou consideravelmente a capacidade de receber as doações que chegavam de vários Estados e que estavam, até então, sendo escoadas pelo aeroporto, ou por intermédio de abicagens nas praias por viaturas anfíbias e navios de desembarque (CECCHINE et al., 2013).

Em que pese o enorme esforço e mobilização estadunidense, ainda durante esta fase, que perdurou até 04 de fevereiro de 2010, os Estados Unidos da América foram alvo de severas críticas de outros Estados (DIORIO, 2010). A França demonstrou insatisfação com o tamanho da Força estadunidense comparada com a dos países europeus somados. Além disso, os presidentes da Venezuela, Cuba, Bolívia e Nicarágua, respectivamente, Hugo Chávez (1954 – 2013), Fidel Castro (1926 – 2016), Evo Morales (1959 –) e Daniel Ortega (1945 –), acusaram os Estados Unidos da América de estarem invadindo o Haiti. No entanto, de acordo com Diorio (2010), nenhum desses Estados ofereceu seu pessoal militar para ajuda humanitária, e as Forças estadunidenses foram **solicitadas** (grifo nosso) pelo Governo Haitiano para prestar ajuda.

A partir de 05 de fevereiro de 2010, deu-se início à segunda fase da Operação, voltando o esforço para as pessoas que perderam suas casas e passaram a viver em Campos de Pessoas Internamente Deslocadas³³ (tradução nossa), ou seja, locais temporários para aqueles que perderam a sua moradia na catástrofe.

Ressalta-se que durante esta fase foram realizadas diversas ações de coordenação com entidades diversas como o Governo Haitiano, ONG, MINUSTAH e o *World Food Programme*³⁴, (CECCHINE et al., 2013). Assim, os Estados Unidos da América reforçaram a sua postura colaborativa, perante atores de diversas nacionalidades, o que contribuiu para mitigar as acusações outrora sofridas. Além disso, durante essa fase, o contingente da Operação *Unified Response* começou a ser reduzido (CECCHINE et al., 2013).

A partir da segunda quinzena de março, a Operação *Unified Response* entrou em sua terceira fase, cujo esforço principal consistia na restauração do Governo Haitiano. Porém, como o Governo daquele Estado já demonstrava sinais de recuperação e, assumindo grande parte das atividades que seriam desenvolvidas pelas Forças estadunidenses, foram realizadas apenas ações menores de apoio ao Governo Haitiano. Além disso, foi realizada, em colaboração com a MINUSTAH, a preparação dos locais que frequentemente são atingidos por alagamentos e deslizamentos, de maneira a suportarem essas adversidades em melhores condições (CECCHINE et al., 2013).

As ações de segurança e estabilidade vinham sendo conduzidas por intermédio da MINUSTAH, desde 2004 (RODRIGUES, 2017), e por esta ter conseguido prosseguir com tais tarefas de maneira ininterrupta, em que pese ter sofrido baixas com o terremoto, a quarta fase da Operação *Unified Response* foi cancelada, por estar justamente relacionada ao tema (CECCHINE et al., 2013).

³³ *Internally Displaced People (IDP) Camps*.

³⁴ Programa de Alimentação Mundial (tradução nossa) é um programa de assistência humanitária da Organização das Nações Unidas voltado para fornecer alimentos às pessoas em situações de emergência e melhorar as condições de nutrição nas comunidades ao redor do mundo (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2018b).

Ao final de maio, a Operação *Unified Response* entrou na última fase, realizando a preparação final para que o Governo Haitiano reassumisse completamente as suas tarefas. Durante essa fase, a maioria do efetivo, navios e aeronaves já havia deixado o Haiti, permanecendo apenas policiais e engenheiros (CECCHINE et al., 2013).

A Operação *Unified Response* foi concluída em primeiro de junho de 2010, e durante a mesma, mais de 37.000 pessoas deixaram de viver em áreas cujo risco à vida era iminente, fruto de trabalhos de engenharia. Além disso, foram distribuídas 4,9 milhões de refeições e 2,6 milhões de garrafas d'água. Um número superior a um milhão de pessoas recebeu abrigo, e foram removidos escombros de mais de oitenta quarteirões. A operação deixou ainda, como legado para o povo haitiano, um porto com o dobro da capacidade para a movimentação de carga, em relação a que possuía, e um aeroporto com infraestrutura aprimorada em relação ao original (DIORIO, 2010).

4.4 OS RESULTADOS OBTIDOS PELA OPERAÇÃO *UNIFIED RESPONSE*

Conforme observamos, a Operação *Unified Response* proporcionou alívio a mais de um milhão de pessoas. A prontidão dos Estados Unidos da América para a ajuda humanitária foi crucial a fim de que o número de mortos não fosse ainda maior. Entretanto, os resultados obtidos não se limitaram aos benefícios proporcionados àqueles que sofreram com o terremoto. Até 2010, a Operação *Unified Response* foi a maior operação de ajuda humanitária conduzida por Forças Militares estadunidenses (CECCHINE et al., 2013), e a partir das experiências adquiridas, foram aperfeiçoados procedimentos operacionais e estreitados laços de cooperação com os outros 60 Estados que proporcionaram algum tipo de ajuda (DIORIO, 2010). Desta forma, apresentaremos de forma separada os benefícios colhidos ao final da referida Operação, analisando inicialmente o contexto interno afeto ao Poder Inteligente dos Estados Unidos da

América, e posteriormente, aspectos relacionados com a aplicação desse Poder no sistema internacional.

4.4.1 Os benefícios proporcionados ao Poder Inteligente dos Estados Unidos da América em prol de seu aprimoramento

Coordenar uma Força Militar do próprio Estado com efetivo de 17.000 combatentes, *per se*, exige elevado esforço de coordenação e controle (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2013). Além disso, operar junto a outros Estados, sem a pressão de combater contra um inimigo humano, permitiu a realização de um intercâmbio de aproximadamente seis meses, proporcionando conhecer um pouco sobre a maneira de atuar de outros Estados. Esses fatores permitem que se aperfeiçoe procedimentos e se otimize questões ligadas à interoperabilidade, tanto entre as Forças Armadas do próprio Estado, quanto em relação ao emprego durante coalizões.

Outrossim, o emprego de militares estadunidenses junto a outros militares e entidades civis, pertencentes a outros Estados, em um ambiente onde se encontrava uma missão de paz sob a égide da Organização das Nações Unidas permitiu que observassem a forma como permaneciam em Estado alheio, durante alguns anos, sem que fossem ostensivamente hostilizados (CECCHINE et al., 2013; RODRIGUES, 2017), sendo tais ensinamentos bastante oportunos para um Estado que, frequentemente, realiza operações de longa duração, fora de seu território, como ocorreu no Iraque e no Afeganistão (MAGNOLI, 2006).

Podemos observar que os ganhos ao Poder Inteligente estadunidense, em particular ao emprego de Forças Militares de grande escala, ocorreram na oportunidade de aprender novos procedimentos para o controle de elevados efetivos e em posturas individuais e coletivas sobre o comportamento das tropas em relação à população. Conforme apresentamos no capítulo 2

deste trabalho, os Poderes Duro e Brando podem se anular mutuamente e, no que se refere ao emprego de uma Força Militar em solo estrangeiro, perder o apoio da população local pode trazer sérias consequências ao Poder Brando de um Estado. Destarte, a experiência adquirida pelos militares estadunidenses durante a Operação *Unified Response* pode contribuir para que seu comportamento seja mais compatível com o engrandecimento do Poder Brando, principalmente por meio de suas ações individuais.

4.4.2 Os benefícios proporcionados aos Estados Unidos da América no Sistema Internacional

Para que possamos melhor compreender os benefícios da Operação *Unified Response* ao emprego do Poder Inteligente estadunidense no sistema internacional, é necessário observarmos como este Estado encontrava-se em relação aos demais, principalmente no que se refere a facilidade para atingir seus objetivos.

Segundo Silva (2013), os Estados Unidos da América emitem um documento denominado *National Security Strategy*³⁵ (NSS) no qual podem ser encontrados, dentre outros, os interesses e objetivos considerados fundamentais para a segurança daquele Estado, bem como a proposta para emprego dos recursos militares, econômicos e outros do Poder Nacional estadunidense a fim de se atingir tais objetivos.

A NSS estabelecida em 2006, sob o governo do ex-presidente dos Estados Unidos da América, George Walker Bush (1946 –), apresentava postura agressiva e considerava que estavam em guerra, sendo priorizado o combate ao terrorismo (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2006). Essa postura demandou um extenso emprego do Poder Duro estadunidense e trouxe consigo os revezes da mitigação do Poder Brando, pois ampliou o sentimento contrário aos Estados Unidos da América (NYE JR, 2011).

³⁵ Estratégia de Segurança Nacional (tradução nossa).

Hillary Clinton (1947 –), Secretária de Estado³⁶ do sucessor de George Walker Bush, o ex-presidente estadunidense Barack Hussein Obama II³⁷, utilizava o termo **Poder Inteligente** (grifo nosso) em seus discursos (CBS NEWS, 2009b), sendo seus conceitos refletidos na NSS estabelecida em 2010 (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2010b). A referida Secretária de Estado criticava a política externa do ex-presidente estadunidense George Walker Bush e atribuía à sua postura, os revezes sofridos pelos Estados Unidos da América (CBS NEWS, 2009a; NYE JR, 2011). Portanto, julgava necessário que o mundo mudasse a sua atitude em relação aos Estados Unidos da América, e para isso, via no emprego do Poder Inteligente a melhor opção. A NSS 2010 exortava a transição e o crescimento global, adotando postura multilateralista, diferente da NSS que a antecedeu, que apontava para o unilateralismo (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2006, 2010).

Conforme observamos na mudança de paradigma do governo estadunidense, a reaproximação com os demais Estados passou a ser prioridade. Nesse contexto, a Operação *Unified Response* contribuiu para aumentar a influência do Poder Brando dos Estados Unidos da América, pois o seu sucesso em frear o aumento no número de vítimas fatais foi divulgado em todo o mundo (CECCHINE et al., 2013; DIORIO, 2010). Tal fato, torna-se ainda mais relevante ao observarmos que aquela catástrofe natural foi a quarta mais sangrenta em toda a história.

A postura colaborativa das Forças estadunidenses mitigou acusações de invasão realizadas por alguns Estados (DIORIO, 2010), no entanto, a quantidade de pessoal chamou a atenção de atores relevantes do sistema internacional, como a França (DIORIO, 2010). Tal fato poderia ter causado um revés na imagem positiva causada pela Operação *Unified Response*,

³⁶ Secretário de Estado é o conselheiro chefe para assuntos internacionais da presidência dos Estados Unidos da América. É responsável por conduzir a política externa daquele Estado (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2017c).

³⁷ Conhecido como Barack Obama, assumiu a presidência dos Estados Unidos da América em 2009, sendo reeleito, e permanecendo no cargo até 2017 (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2009).

todavia, de maneira acertada, a redução gradual do seu efetivo e o constante estímulo para que o Governo Haitiano retomasse o controle de seu Estado (CECCHINE et al., 2013) contribuiu ainda mais para mitigar possíveis revezes.

Enfim, a Operação *Unified Response* demonstrou ser eficaz como forma de emprego do Poder Inteligente. A elevada prontidão e o material militar utilizado permitiram que toda a ajuda humanitária fosse gradualmente escoada, evitando a perda de gêneros alimentícios, o que se traduziria na negatização da imagem estabelecida em um momento em que todo o mundo estava olhando para o Haiti. Além disso, foi uma experiência que trouxe benefícios para o aprimoramento do Poder Inteligente estadunidense e contribuiu para mitigar a herança causada pelo governo do ex-presidente George Walker Bush.

Como efeitos concretos, podemos salientar que a partir de 2008 o PIB estadunidense começou a declinar, voltando à ascendente a partir de 2010, com crescimento em torno de 500 bilhões de dólares estadunidenses (TRADING ECONOMICS, 2018). De igual maneira, em 2010, a imagem dos Estados Unidos da América encontrava-se em ascendência no cenário internacional (GALLUP, 2018).

5 CONCLUSÃO

Conforme observamos no início do trabalho, nem sempre o Poder absoluto, seja o Duro ou Brando, significa garantia de sucesso. Fatores intangíveis relacionados com a cultura, religião e de como determinadas ações são recebidas pelos outros, podem fazer com que uma reação esperada não aconteça e, ainda, pode se traduzir em revezes de natureza grave, como os efeitos negativos causados pela simples divulgação de fotos tiradas na prisão de *Abu Ghraib*. Além disso, nem sempre o uso desses dois Poderes de maneira concomitante significa que um Estado os está empregando na forma de Poder Inteligente. A divulgação do *American Way of Life* não foi suficiente para que os Estados Unidos da América vencessem a Guerra no Vietnã, por exemplo.

A aplicação do Poder Inteligente depende de um elevado esforço para o levantamento de dados e, com base neles, identificar como as diversas combinações possíveis das capacidades de um Estado podem criar comportamentos nos alvos que produzam os efeitos almejados. Nesse contexto, a inteligência contextual das lideranças desempenha um fator de grande relevância, pois ao perceber que determinada ação pode estar se traduzindo em efeitos negativos, é possível evitar consequências desagradáveis. De maneira ilustrativa, conforme apresentamos na introdução deste trabalho, as relações internacionais ocorrem de maneira similar a um jogo de pôquer, e nem sempre o adversário reagirá conforme desejamos, portanto, ao elaborar uma estratégia, é preciso que um Estado tenha a consciência dos riscos que poderá assumir. Em particular, com relação ao emprego do Poder Inteligente, os cinco passos propostos por Joseph Samuel Nye Jr constituem uma ferramenta abrangente e que, se bem compreendida e aplicada, reduzirão as chances de ocorrerem resultados negativos. Entretanto, não se pode garantir que esses riscos sejam completamente anulados.

Em relação ao emprego de Forças Militares, elas normalmente são associadas a imposição de Poder, porém, identificamos que a Projeção Anfíbia possui viés para Operações Benignas, o que geralmente faz com que se atraia atitudes positivas, mesmo em relação a algo atribuído à guerra, como o Poder Militar. Dessa forma, *a priori*, percebemos esta modalidade *per se* já constitui uma aplicação combinada dos Poderes Duro e Brando, ou seja, uma forma de emprego do Poder Inteligente.

A Projeção Anfíbia, como uma das modalidades de Operação Anfíbia, foi selecionada para a presente pesquisa justamente por utilizar o mar. Nada impede que a Força Terrestre realize ações humanitárias, por exemplo, contudo a sua atuação limitada às fronteiras continentais, a menos que seja transportada por Forças Navais para atuar em outro contingente, conforme ocorreu na Operação *Unified Response*. Em relação à Força Aérea, aviões de carga possuem raio de ação limitado quando comparados à navios, e na mesma comparação, sua capacidade de carga é bastante inferior. Dessa forma, a Projeção Anfíbia aproveita as características do Poder Naval de mobilidade e permanência, e pode atingir um número maior de Estados, o que aumenta as possibilidades da aplicação da estratégia de um Estado. Assim, concluímos que Projeções Anfíbias são a melhor opção para se aproveitar o Poder Militar dentro da Aplicação do Poder Inteligente.

Ao analisarmos a Operação *Unified Response*, podemos observar que o Poder Militar foi empregado a partir do mar a fim de prestar ajuda humanitária ao Haiti, em decorrência deste Estado ter sofrido uma catástrofe natural. Logo, percebemos que se trata de uma Projeção Anfíbia.

Em função da magnitude do terremoto que atingiu o solo haitiano e das consequências, em particular o número de vítimas fatais, toda a imprensa mundial voltou seus olhos para aquele Estado, portanto, toda a ação em prol de evitar vidas humanas seria, *a priori*, bem recebida, e causaria atitude positiva nos demais. Tal sentimento poderia ser reforçado pelo

vulto de Força empregado e pela relação de riqueza entre os Estados Unidos da América e o Haiti, afinal, tratava-se do Estado mais rico do mundo ajudando o Estado mais pobre das Américas. Entretanto, conforme exposto nos passos para a aplicação do Poder inteligente, existe a possibilidade da interpretação das ações de um Estado de forma não desejada, vindo justamente a ocorrer quando alguns Estados perceberam no tamanho da Força Militar estadunidense uma forma de invasão do Haiti ou intimidação aos outros Estados participantes do esforço humanitário. Contudo, analisando-se o contexto, que ganhos teria os Estados Unidos da América em invadir o Haiti? A preocupação dos estadunidenses estava voltada para ações antiterrorismo, não sendo identificada nenhuma ameaça dessa natureza advinda a partir de lá. Todavia, novamente considerando que as atenções do mundo estavam voltadas para o Haiti, podemos considerar que a prontidão das Forças estadunidenses e a quantidade de militares, navios e aeronaves, bem como a capacidade para a abertura do fluxo logístico, este representado pelas doações que eram direcionadas às vítimas que sobreviveram ao terremoto, pode ser entendida como uma enorme demonstração de Força e capacidade expedicionária. Não é possível afirmar com certeza se os estadunidenses tiveram essa intenção, mas podemos admitir que ao menos contribuiu para a dissuasão de ameaças.

As acusações que os Estados Unidos da América sofreram ao início da Operação *Unified Response* não surtiram grandes reveses. Além disso, de maneira bastante adequada, os estadunidenses não assumiram uma postura de mando em relação aos demais atores que prestavam a ajuda humanitária. Pelo contrário, atividades de segurança foram encorajadas a continuarem a ser conduzidas pela MINUSTAH, que tinha esse propósito, e o Governo Haitiano foi constantemente auxiliado para que efetivamente conduzisse suas atividades na condução do seu Estado. Além disso, o tamanho da Força estadunidense foi gradualmente sendo reduzido ao longo da Operação, o que colaborou com o Poder Brando e mitigou qualquer revés possível que pudesse afetá-lo.

Como resultados concretos, ao término da Operação *Unified Response*, apontamos o crescimento econômico e a diminuição dos ataques terroristas, demonstrando mudança de postura dos atores do sistema internacional em relação aos Estados Unidos da América. Identificamos que o intercâmbio realizado entre os militares estadunidenses e os representantes dos diversos Estados que se empenharam no esforço em prol da recuperação do Haiti foi uma forma direta de divulgação de sua postura, o que contribuiu diretamente para o atingimento de seus objetivos traçados na NSS 2010. Além disso, a operação permitiu a colheita de vários ensinamentos que servirão para atuações futuras do Poder Duro dos Estados Unidos da América.

Em face do exposto, podemos verificar a aderência da Operação *Unified Response* à hipótese formulada de que uma Projeção Anfíbia pode contribuir com a aplicação do Poder Inteligente de uma Estado, considerando que para a sua execução foi necessário o emprego combinado e sinérgico dos Poderes Duro e Brando, e pela geração de benefícios em diversas áreas, contribuindo para a melhoria da receptividade da atuação estadunidense, dissuasão e economia.

REFERÊNCIAS

BLAINEY, Geoffrey. *Uma Breve História do Século XX*. São Paulo: Ed. Fundamento Educacional, 2009.

_____. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. *EMA-331 Manual de Planejamento Operativo da Marinha*. 2006.

_____. Marinha do Brasil. Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. *CGCFN-1-1 Manual De Operações Anfíbias dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais*. 2008.

_____. Ministério da Defesa. *MD34-M-03 Manual de emprego do direito internacional dos conflitos armados (DICA) nas forças armadas*. 2011.

_____. Marinha do Brasil. *EMA-305 Doutrina Militar Naval*. 2017.

CBS NEWS. *Clinton's Confirmation Opening Statement*. 13 jan 2009a. Disponível em: <<https://www.cbsnews.com/news/clintons-confirmation-opening-statement/>>. Acesso em: 3 jul. 2018.

_____. *Clinton: Use "Smart Power" In Diplomacy*. 13 jan 2009b. Disponível em: <<https://www.cbsnews.com/news/clinton-use-smart-power-in-diplomacy/>>. Acesso em: 3 jul. 2018.

CECCHINE, Gary; MORGAN, Forrest E.; WERMUTH, Michael A.; JACKSON, Timothy, SCHAEFER, Agnes Gereben; STAFFORD, Matthew. RAND Corporation. *The U.S. Military Response to the 2010 Haiti Earthquake. Considerations for Army Leaders*. 2013. Disponível em: <https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/research_reports/RR300/RR304/RAND_RR304.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2018.

CHONG, Alan. *The Journal of Strategic Studies. Smart Power and Military Force: An Introduction*. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01402390.2014.1002915>>. Acesso em: 3 jul. 2018.

CONVENÇÃO DE OTTAWA. *Convention on the Prohibition of the Use, Stockpiling, Production and Transfer of Anti-Personnel Mines and on Their Destruction*. 18 set. 1997. Disponível em: <http://www.un.org/Depts/mine/UNDocs/ban_trty.htm>. Acesso em: 3 jul. 2018.

DIORIO, David R. Joint Forces Staff College. *Operation Unified Response – Haiti Earthquake 2010*. 2010. Disponível em: <http://jfsc.ndu.edu/Portals/72/Documents/JC2IOS/Additional_Reading/4A_Haiti_HADR_Case_Study_revNov10.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2018.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Department of Defense. *Donald H. Rumsfeld*. Washington, 2001, Disponível em: <<https://www.defense.gov/About/Biographies/Biography-View/Article/602800/>>. Acesso em: 04 ago. 2018.

_____. Executive Office of the President. *The National Security Strategy of the United States of America*. Washington, 2006. Disponível em: <<http://nssarchive.us/NSSR/2006.pdf>>. Acesso em: 2 ago. 2018.

_____. The White House. *Barack Obama*. Washington, 2009. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/about-the-white-house/presidents/barack-obama/>>. Acesso em: 4 ago. 2018.

_____. Department of Navy. United States Marine Corps. *MCWP 5-1 Marine Corps Planning Process*. 2010a.

_____. Executive Office of the President. *The National Security Strategy of the United States of America*. Washington, 2010b. Disponível em: <<http://nssarchive.us/NSSR/2010.pdf>>. Acesso em: 2 ago. 2018.

_____. Joint Chiefs of Staff. *Joint Publication 1 Doctrine for the Armed Forces of the United States*. 2013.

_____. Joint Chiefs of Staff. *Joint Publication 3-02 Amphibious Operations*. 2014.

_____. U.S. Geological Survey. Earthquake Hazards Program. *Earthquake Glossary. Richter scale*. Washington, 2017a. Disponível em: <<https://earthquake.usgs.gov/learn/glossary/?term=Richter%20scale>>. Acesso em: 3 jul. 2018c.

_____. U.S. Southern Command. *About Us*. Miami, 2017b. Disponível em: <<http://www.southcom.mil/About/>>. Acesso em: 4 ago. 2018.

_____. U.S. Department of State. *Duties of the Secretary of State*. Washington, 2017c. Disponível em: <<https://www.state.gov/secretary/115194.htm>>. Acesso em: 4 ago. 2018.

FOREIGN AFFAIRS. Get Smart. Washington, 2009. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/2009-07-01/get-smart>>. Acesso em: 6 jul. 2018.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. *GDP per capita, current prices*. Washington, 2018. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/datamapper/NGDPDPC@WEO/HTI>>. Acesso em: 6 ago. 2018.

GALLUP. *U.S. Position in the World*. Washington, 2018. Disponível em: <<https://news.gallup.com/poll/116350/position-world.aspx>>. Acesso em: 5 ago. 2018.

GLOBAL SECURITY. *Amphibious Operations History*. Alexandria, 2011. Disponível em: <<https://www.globalsecurity.org/military/systems/ship/amphib-hist.htm>>. Acesso em: 22 jul. 2018.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antônio S. de; TONETO JR, Rudinei. *Economia Brasileira Contemporânea*. 8ª Ed. p. 37. São Paulo: Atlas. 2017.

HEYDTE, Friedrich August Von der. *A Guerra irregular Moderna em políticas de defesa e como fenômeno militar*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1990.

KAWAGUTI, Luís. *A República Negra. Histórias de um Repórter sobre as Tropas Brasileiras no Haiti*. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2006.

MAGNOLI, Demétrio. *História das guerras*. 4 ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2006.

NYE JR, Joseph S. *O Paradoxo do Poder Americano*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

_____. *Soft Power*. Nova Iorque: Public Affairs, 2004.

_____. *Cooperação e conflito nas relações internacionais*. São Paulo: Ed. Gente, 2009.

_____. *The future of power*. Nova Iorque: Public Affairs, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. United Nations Mine Action Service. Nova Iorque, 2017a. Disponível em: <<http://www.mineaction.org/funding/unmas>>. Acesso em: 29 jul. 2018.

_____. *MINUSTAH Fact Sheet*. Porto Príncipe, 2017b. Disponível em: <<https://peacekeeping.un.org/en/mission/minustah>>. Acesso em: 3 jul. 2018.

_____. United Nations Development Programme. Nova Iorque, 2018a. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/countries/profiles/HTI>>. Acesso em: 6 ago. 2018.

_____. *World Food Programme. Overview*. Roma, 2018b. Disponível em: <<http://www1.wfp.org/overview>>. Acesso em: 2 ago. 2018.

_____. *International Maritime Organization. Overview*. Londres, 2018c. Disponível em: <<https://business.un.org/en/entities/13>>. Acesso em: 2 ago. 2018.

ORGANIZAÇÃO HIDROGRÁFICA INTERNACIONAL. *Limits of Oceans and Seas*. 3ª Ed. Mônaco, 1953. Disponível em: <http://www.iho.int/iho_pubs/standard/S-23/S-23_Ed3_1953_EN.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. *Trade Profiles*. Disponível em: <<http://stat.wto.org/CountryProfile/WSDBCountryPFView.aspx?Language=E&Country=BR%2cCA>>. Acesso em: 2 ago. 2018.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Introdução às Relações Internacionais: Temas, atores e visões*. 4 ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.

_____. *Manual do candidato – Política Internacional*. 2 ed. Brasília: FUNAG, 2012. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/1004-Manual_do_Candidato_-_Politica_Internacional.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2018.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

TZU, Sun. *A Arte da Guerra*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

RODRIGUES, Alex. Misto de sentimentos marca saída dos militares brasileiros do Haiti. *Agência Brasil*. Brasília, 17 jul. 2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-07/misto-de-sentimentos-marca-saida-dos-militares-brasileiros-no-haiti>>. Acesso em: 4 ago. 2018.

SILVA, Marcos V. M. da. POLÍTICA EXTERNA DOS EUA PARA A AMÉRICA DO SUL: Rupturas e Continuidades entre os Governos George W. Bush e Barack Obama. *Revista da*

Escola de Guerra Naval. 2013. Disponível em: <<https://revista.egn.mar.mil.br/index.php/revistadaegn/article/download/207/169>>. Acesso em: 4 ago. 2018.

SHURKIN, Joel N. Scientific American Brasil. *A Iliada foi publicada nos anos 700 a. C.* Milão, 2012. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/sciam/noticias/geneticistas_estimam_data_de_publicacao_da_iliada.html>. Acesso em: 3 jul. 2018.

TRADING ECONOMICS. *United States GDP*. Nova Iorque, 2018. Disponível em: <<https://tradingeconomics.com/united-states/gdp>>. Acesso em: 4 ago. 2018.